

# Alegre irresponsabilidade

ANC  
P2  
Como que a escarnecer dos novos poderes que, no plenário do Congresso constituinte, outorgaram a si próprios, os parlamentares preparam seu ataque à proposta de Orçamento Geral da União preparada pelo Executivo para 1989. O primeiro sinal é a anunciada intenção de reintroduzir na peça orçamentária as verbas —cortadas pela Seplan— relativas a bolsas de estudos distribuídas gratuitamente por deputados e senadores.

Independentemente da dimensão econômica de tais recursos, o episódio é ilustrativo de como os membros do Legislativo encaram a ampliação de suas prerrogativas. O que deveria ser a consciência da co-responsabilidade de governo —afinal, agora os parlamentares podem emendar o orçamento, não apenas aprová-lo ou rejeitá-lo em bloco— aparece apenas como, assanhamento fisiológico. Como se o

Estado fosse uma fonte inesgotável e administrar se constituísse somente numa alegre e descompromissada listagem de despesas.

Seria por certo ilusório imaginar outra atitude dos que, poucos dias atrás, atiraram sobre as costas da sociedade os custos do iníquo perdão aos devedores do Cruzado. Reconheça-se, ainda, que, ao mirar o vizinho Palácio do Planalto, os parlamentares não vêem nenhum exemplo edificante.

O problema, entretanto, situa-se mais além. Ao desdenhar de suas responsabilidades, os legisladores atingem em cheio a Carta que acabaram de aprovar e as regras do sistema político que, através dela, pretenderam estatuir. Antes ainda da promulgação da nova Constituição, já começam a colaborar com os que vêm pregando a inviabilidade do produto dos trabalhos constituintes. Pior começo seria impossível.

-9 SET 1988

FOLHA DE SÃO PAULO